

# OS RENEGADOS DA EDUCAÇÃO: A PERVERSA INCLUSÃO DE ADOLESCENTES NA EJA

## THE OUTCASTS OF EDUCATION: THE PERVERSE INCLUSION OF ADOLESCENTS IN YOUTH AND ADULT EDUCATION EJA

Carlos Roberto de Oliveira <sup>1</sup>

**Resumo.** O presente artigo é parte da dissertação de mestrado (stricto sensu), Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social, defendida em 2023, na Universidade Estadual de Londrina. O mesmo tem por objetivo apresentar a violência institucional como uma das causas identificadas na pesquisa que levam os adolescentes à Educação de Jovens e Adultos. As reflexões aqui realizadas é fruto de uma pesquisa qualitativa exploratória-descritiva, onde se utilizou como coleta de dados, com questionário semiestruturado e entrevista narrativa autobiográfica. Para a análise dos dados foi empregada a análise do conteúdo. Os resultados apontaram que a matrícula na EJA dos adolescentes é multifatorial sendo a violência institucional um dos fatores identificados, como causa do abandono, evasão e omissão de quem deveria compor a rede de proteção dos adolescentes. Sendo utilizado a modalidade EJA como estratégia de camuflar os reais fatores da defasagem-idade série desses educandos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Políticas educacionais; Adolescentes na EJA; violência da escola.

---

<sup>1</sup> bacharel em serviço social, mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, especialização em Gestão em gerontologia, em comunicação popular e comunitária, em Educação de jovens e adultos, atua como professor na rede municipal de educação de Londrina, na modalidade EJA e sou assistente social tb pela Prefeitura Municipal de Londrina

**Abstract:** This article is part of a master's thesis (*stricto sensu*) from the Graduate Program in Social Work and Social Policy, defended in 2023 at the State University of Londrina. Its objective is to present institutional violence as one of the causes identified in the research that lead adolescents to enroll in Youth and Adult Education (EJA). The reflections presented here are the result of an exploratory-descriptive qualitative study, which used data collection through a semi-structured questionnaire and autobiographical narrative interview. Content analysis was used to examine the data. The results indicated that adolescent enrollment in EJA is multifactorial, with institutional violence being one of the identified causes for school abandonment, dropout, and the failure of those who should be part of the adolescents' protection network. The EJA modality is used as a strategy to camouflage the real factors behind the age-grade mismatch of these students.

**Keywords:** Young and adult education; Educational policies; Adolescents in EJA; School violence.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar um dos resultados da pesquisa realizada durante o Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social, *stricto sensu*, a nível de mestrado. O mesmo surge da inquietação do autor em seu cotidiano profissional como educador na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e assistente pela Prefeitura Municipal de Londrina. O mesmo se inquietava, e ainda se inquieta, com a naturalização do encaminhamento, para Educação de Jovens e Adultos (EJA), pela rede de proteção de crianças e adolescentes,<sup>2</sup> dos adolescentes logo que completavam 15 anos de idade, principalmente aqueles rotulados, pela comunidade escolar como indisciplinados ou que se

---

2 Rede de proteção constitui todos os serviços de referência presentes no território onde reside os adolescentes e acompanha o mesmo e seus familiares tais como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho tutelar, Escolas Municipais e Estaduais, Unidade Básica de Saúde, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, etc.. Mais informações em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/rede-socioassistencial-e-intersetorial/rede-socioassistencial-e-intersetorial-2?start=1>

encontravam em defasagem idade-série. Uma vez encaminhados na EJA o foco de discussão dessa rede centrava apenas aos que se encontram matriculados no ensino fundamental II e médio regular<sup>3</sup>.

As informações que serão aqui apresentadas foram extraídas durante a pesquisa realizada com adolescentes de 15 a 17 anos, que se encontravam matriculados no Colégio Estadual Professora Rina Maria Francovig no ano de 2022. Tal escola é a única que oferece Ensino Fundamental II e Ensino Médio, na modalidade EJA, na região sul de Londrina/Paraná. Assim se buscou refletir sobre a trajetória dos adolescentes participantes, a partir de seus olhares, até chegarem na EJA. Os dados que alimentam esse artigo se originam de uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa; coletados por meio de entrevista semiestruturada. Foram entrevistados sete adolescentes, três sexo masculino e quatro do sexo feminino. Para que os dados fossem fiéis à realidade vivida pelos participantes, buscou um ambiente confortável, sigiloso, deixando-os livres a se manifestarem, foi utilizado um roteiro prévio com perguntas abertas, pois ao se utilizar a abordagem qualitativa e quantitativa da realidade social, as análises dos dados e informações coletadas se apresentaram mais fidedigna com a realidade (MINAYO ,2009).

A presença dos adolescentes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, não é consenso até entre os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, debate que se inicia na década de 1990 e se acentua a partir dos anos 2000<sup>4</sup>. Segundo Ratusniak (2019, p.53), “as questões de raça, gênero e classe social influenciaram fortemente o sistema escolar da Primeira República até a Era Vargas, contudo essas questões ainda estão presentes, influenciando processo de exclusão do adolescente

3 Utilizamos aqui a palavra regular para reportar à educação destinada para crianças e adolescentes que estão dentro da idade que o Estado considera apropriada para série, muitas vezes utilizada no dia a dia pelos educadores e gestores. A EJA não é irregular; é uma modalidade de ensino regularizada na Lei de Diretrizes e Bases Nacional, inserida no campo do direito subjetivo da educação, conforme a Constituição Federal de 1988, destinada para jovens e adultos que não tiveram acesso na idade considerada pelo Estado apropriada. A expressão Ensino Regular é a denominação encontrada na legislação para designar a oferta nas redes públicas ou sistema de ensino com faixas-etárias estabelecidas como obrigatórias.

4 Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos são compostos por representantes governamentais e não governamentais e possuem a função de mobilizar, propor, informar, formar e intervir no âmbito da Política de Educação de Jovens e Adultos. Atualmente são 51 fóruns regionais, 26 fóruns estaduais e 1 no Distrito Federal. Ver mais em: <http://forumeja.org.br/>

no sistema de ensino brasileiro” (LEITE,2013). Esse fenômeno social deve estar na pauta de todos os trabalhadores, principalmente os assistentes sociais, comprometidos com a proteção integral das crianças e dos adolescentes, pois dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apontam que 16% desse grupo etário, no Brasil, estão fora da escola; destes, 52% não completaram o ensino fundamental. Tais dados estão atrelados ao rendimento mensal, pois quanto menor a renda, menos são os anos escolares cursados, somando a esses indicadores a questão de gênero e raça, ou seja, a desigualdade de acesso à educação tem sexo e cor (UNICEF, 2020).

Estando a completar 35 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), os dados acima denunciam que o Brasil não conseguiu garantir a proteção plena para todas as crianças e adolescentes, muito menos romper com a cultura meritocrática, seletiva, excludente, historicamente presente nas unidades de ensino. Tal exclusão se retrata na consulta realizada, pelo autor dessa pesquisa, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, que apontou que na lista de condicionalidades do Programa Bolsa Família do governo federal<sup>5</sup>, referente ao mês de julho de 2023, o número de 1.297 crianças e adolescentes; sendo 1/3 entre a faixa etária de 15 a 17 anos, alguns já matriculados na Educação de Jovens e Adultos e outros possíveis públicos que vieram a compor as matrículas nos anos seguintes.

Os acima dados indicam omissão por parte do Estado, a não aplicação da Doutrina de Proteção Integral que estabelece o ECA (Lei nº 8069/1990), que reconhece os adolescentes, não como pequenos adultos, mas sujeitos em desenvolvimento, que exige atenção integral, diferenciada, especializada, devendo o Estado brasileiro, ter “como premissa o atendimento de todo o universo das crianças e dos adolescentes” (MILANEZI, 2015, p.30). Essa negligência há muito tempo ocorre no cenário brasileiro e no cenário da EJA, ao apresentar o aumento de matrículas de adolescentes, hoje equivalendo a mais de 20% das matrículas. A presença desse grupo de adolescente, nessa modalidade de ensino da Educação Básica, denuncia a não presença do Estado de forma efetiva, conforme exige o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Art. 227 da Constituição Federal, que enfatiza que os mesmos

---

5 Maiores informações sobre as condicionalidades do Bolsa Família ver em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/auxilio-brasil/condicionalidades>

são prioridade absoluta (C.F,1988). Tal “violência institucional” ocorre ora negando/dificultando via burocracia, o do direito ao acesso à escola e outrora se omitindo quanto a permanência e evasão dos mesmos na escola.

A escola republicana, apresenta um discurso de não exclusão, de acolher todos sem exclusão, independente da faixa etária; porém “se ela não exclui, ela expulsa os que dela não conseguem integrar”, isto é, “aqueles/as que não apresentam as características necessárias que os configuram como aptos/as para empregabilidade”, conforme as exigências do mercado, das forças produtivas de cada momento histórico (RATUSNIAK (2019, P. 225 APUD CASTEL,2008).

A presença dos adolescentes na Modalidade EJA expressa a ampliação da negação do direito à educação para esses adolescentes que “tiveram suas trajetórias interrompidas” por diversos fatores, continuam uma vez na EJA não tendo a garantia da sua proteção integral, enquanto sujeitos em desenvolvimento, conforme está no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo vistos e tratados como refugos do sistema educacional (BELIZARIO e MOURÃO, 2022, p.200), o que ocorre realmente é uma inclusão perversa, já que as turmas de Educação de Jovens e Adultos vem sendo fechadas desde os governos de Carlos Alberto Richa<sup>6</sup> ( 2004 a 2008; 2014 a 2018 ), acentuando o desmonte desse modalidade no atual governo de Carlos Roberto Massa<sup>7</sup>.(ROMUALDO DA SILVA,2023; CALDAS,2023)

Na tentativa de apresentar os pontos abordados durante a pesquisa, num primeiro momento apresentaremos um breve histórico da educação no Brasil e no Paraná, depois daremos sequência quanto o debate do adolescimento na educação de Jovens e Adultos e na terceira parte apresentaremos os diferentes olhares dos adolescentes participantes da pesquisa quanto sua presença na EJA.

---

6 Ver mais em : <https://appsindicato.org.br/governo-beto-richa-oito-anos-de-ataques-contr-a-educacao-publica/>

7 Ver em: <https://appsindicato.org.br/lista-mostra-28-escolas-que-ratinho-jr-e-roni-decidiram-fechar-em-2025-no-parana/> e também em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2024/11/07/novo-fechamento-de-turmas-ameaca-educacao-de-jovens-e-adultos-em-londrina-e-regiao>

## A EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO PARANÁ

O Brasil entrou no terceiro milênio com quase 14 % de sua população com mais de 15 anos sem o domínio da leitura e da escrita, num mundo em que a robotização e inteligência artificial avança à velocidade da luz, surgindo uma classe social que fica abaixo do exército de reserva<sup>8</sup>, denominado de “os inúteis”<sup>9</sup> ao sistema de produção. Assim o não acesso à educação de qualidade no mundo atual é clara violação dos direitos humanos.

O Estado brasileiro ao longo desse período republicano, apresentou discurso de universalidade da educação, mas o que vimos é a centralização das ações e recursos à grupos etários, dos 6 até os 14 anos, isto é, para aqueles que conseguem desenvolver as habilidades, aptidões e conhecimentos dentro do tempo ideal estipulado pelo Estado em cada nível de Ensino, ficando a segundo plano todos aqueles que estão fora dessa faixa etária e que necessitam de inclusão dentro do sistema educacional.

Nota-se que historicamente o Estado coloca graus de cidadania, de acordo com os interesses do Capital, pois a educação sempre esteve a serviço desse, na formação de mão de obra. Os adolescentes de 15 a 17 anos, que se encontram em defasagem idade série, na sua maioria pretos/as e pardos/as e ao passar pelo sistema educacional, não é visto pelo mercado como um ser em desenvolvimento, mas mão de obra, não rompendo com velho olhar capitalista do século XV.

Tradados como refugos do sistema educacional, esses adolescentes, sofrem com o discurso preconceituoso, dentro e fora das instituições escolares, como sujeitos com falta de vontade, indisciplinados, com baixa capacidade intelectual. A culpabilização e desqualificação dos sujeitos que não atendem de imediato os interesses do Capital, não é algo recente conforme constataram Souza e

---

8 Exercito de reserva refere-se ao contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados que estão disponíveis para serem empregados a qualquer momento. Ver mais em: <https://www.paulogala.com.br/conceitos-de-exercito-industrial-de-reserva-e-mais-valia-em-marx/#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o,do%20mercado%20de%20trabalho%20capitalista>. Acesso em 29/11/2025

9 Ver mais em: <https://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/redacoes/aumento-do-desemprego-no-mundo-tecnologico.htm> e também em: <https://inovasocial.com.br/inova/futuro-trabalho-classe-inuteis/>

Daniel (2017) aos analisarem publicações do Jornal Paranaense Gazeta do povo, dentro do período de 1950 a 1951, conforme ilustra a citação abaixo:

É fora de dúvida que no ensino das pessoas maiores de 15 ou 20 anos, matriculados na atual campanha, há cuidados especiais que o docente deva observar, exigidos pelas condições de desajustamento do adulto, e, conseqüentemente, pela sua inferioridade intelectual (Gazeta do Povo, 27 de outubro de 1950 apud SOUZA e DANIEL, 2017, p 576).

A história da educação paranaense está permeada por questões políticas e ideológicas de âmbito nacional e internacional, não se pode descartar as peculiaridades e correlações de forças, presentes nas unidades federativas, principalmente no âmbito dos Estados.

Segundo Paula (2021) o Paraná é um dos Estados mais conservadores, elegendo há muito tempo bancadas conservadoras, em âmbito Estadual, Municipais e Federal, ligados à grupo econômico de diferentes frações da classe burguesa, nem sempre fiéis às ideologias partidárias, mas aos projetos pessoais de poder. O mesmo autor afirma que o Estado possui territórios conservadores que são “hegemônicos, articulados e estruturados em muitos aspectos que fortalecem o campo conservador”. (PAULA, 2021, p.17).

Segundo Ruckstadter e Ruckstadte (2022) a educação no Estado paranaense, principalmente no início do século XX, atendeu aos interesses políticos locais, estando marcada por excessivas leis e regulamentos, como também aberturas de escolas com foco no ensino primário, ficando o ensino secundário para as escolas privadas, se mantendo a lógica desde os jesuítas de oferta elementar e profissionalizante para os pobres e demais níveis ensino médio e superior para a elite. Um Estado que tem entre as particularidades o alinhamento com a história nacional de um país dependente, subalterno aos interesses da classe dominante, agrário exportador<sup>10</sup>.

---

10 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/familias-tradicionais-na-politica-ocupam-35-da-assembleia-219w7qc0lvjyqip3hxdbj89xq/> ; <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/30/luta-e-resistencia-a-origem-dos-camponeses-que-doaram-50-toneladas-de-alimento-no-pr>

Os anos oitenta ao mesmo tempo que os movimentos sociais lutavam por direitos historicamente negados nesse país, que culminou com a promulgação da constituição federal de 1988; se acentua o projeto econômico e ideológico do neoliberalismo no interior do Estado Brasileiro, sob ditames de Organismos Internacionais, tais como: o Banco Mundial e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O Paraná desde então se alinha com esse projeto neoliberal, coordenado por esses organismos internacionais e a política educacional, principalmente nos governos de Jaime Lenner, Beto Richa e Ratinho Junior, veio sofrer enormes desmontes, aumentando o abismo da oferta de educação entre os filhos oriundos da classe subalterna em relação aos da classe burguesa.

O Paraná desde então se tornou, grande laboratório para os princípios políticos e econômicos neoliberais no Brasil e as duas primeiras décadas do terceiro milênio. Nos últimos 8 anos ocorre o ápice do empresariamento no Estado e o desmonte da Educação de Jovens e Adultos mãos de aglomerados empresariais da educação perpassa por toda América Latina (FARIAS, CHILANTE E AVANZINI,2021),que refletirá na negação dos adolescentes da periferia que se encontram em defasagem idade-série que são “jogados” do ensino regular para a Educação de Jovens e Adultos, pois se acentuam fechamento de turmas de EJA a medida que vão entregando para a rede privada as escolas públicas estaduais.

No final de 2022,o governador Carlos Roberto Massa, lançou o Projeto Parceiro da Escola<sup>11</sup>, que nada mais é do que a entrega de 27 escolas estaduais para as mãos do empresariado, um projeto piloto podendo ser expandido para todas as unidades de ensino de responsabilidade do governo do Estado, porém 94% dos consultados disseram não à privatização, ou seja, 25 escolas<sup>12</sup> e a expansão das escolas cívico militares que aumentou para 312 unidades escolares para o ano de 2024<sup>13</sup>, que visa impor a pauta conservadora, formando corpos dóceis(ROMUALDO DA SILVA,2023) e junto com

11 Disponível em : [https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos\\_restritos/files/documento/2022-10/edital\\_credenciamento\\_02-2022-preduc.pdf](https://www.paranaeducacao.pr.gov.br/sites/parana-educacao/arquivos_restritos/files/documento/2022-10/edital_credenciamento_02-2022-preduc.pdf)

12 Disponível em: <https://www.esmaelmorais.com.br/governador-ratinho-junior-divulga-edital-de-privatizacao-de-escolas-publicas-no-parana/> .

13 Ver em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-tera-312-escolas-estaduais-civico-militares-em-2024#:~:text=Paran%C3%A1%20ter%C3%A1%20312%20escolas%20estaduais,2024%20%7C%20Ag%C3%Aancia%20Estadual%20de%20Not%C3%ADcias>

esse projeto se encontra fechamento de turmas de EJA(CALDAS,2023).

A lógica competitiva empresarial, cresce na administração pública e a implantação de instrumentos avaliativos como IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), desvia o olhar de responsabilidade para quem conduz o estado e responsabiliza as unidades escolares , gestores e educadores, gerando assim uma competição entre esses. Assim os conceitos de produtividade, eficácia e excelência, substituem o do direito subjetivo à educação ao longo da vida, como também o conceito de proteção integral à criança e ao adolescente, que enfatiza a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (BARRIOS, 2018) e as instituições educacionais vão se utilizando de vários mecanismos, para que esses dados de eficiência e excelência sejam apresentados , entre esses meios está a desvinculação dos adolescentes de 15 a 17 anos do ensino regular, enfatizando exames como o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos( ENCEEJA), ou enviando todos para a EJA sem garantir o seu direito em ter uma educação de qualidade. Para Ratusniak,(2019,p.142):

[...] é preciso dar visibilidade aos fatores institucionais que provocam a evasão e que tornam sua permanência insustentável. Para tanto, a norma que produz a figura do/a adolescente problemático/a, transgressor/a, desinteressado/a, hipersexualizado/a deve ser suspensa, e em seu lugar, produzir outras figuras para a adolescência. Figuras mais próximas daquelas pessoas que estão conosco nas salas de aula cotidianamente. Existências possíveis dentro de um quadro de ausência de direitos e da condição de inempregabilidade imposta pelo neoliberalismo.

No ano de 2020, segundo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram 1.608.135 inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA),desses 55% eram do sexo feminino ,60,4% se declaram pardos e pretos e 33,3% dos participantes declararam que pararam de estudar quando tinham entre 15 a 17 anos, sendo a necessidade de trabalhar e ajudar nas tarefas de casa e também a forma de ensino e avaliação desestimulante os principais motivos para o abandono escolar (BRASIL, 2020).

Os dados do INEP reforçam o que já foi pontuado que há invisibilidade total por parte do Estado quando se chega na idade dos 15 aos 17 anos, prevalecendo a cultura de que já são pequenos adultos, ignorando o que estipula o ECA , sendo constantemente presenciado pelo autor em seu cotidiano como assistente social, ao acessar a rede de serviços de proteção às crianças e adolescentes. Aos adolescentes pobres negros periféricos, em defasagem idade -série, dos 15 aos 17 anos é priorizado a “certificação vazia” (KUENZER 2002 apud Cardoso 2007, p. 22),que aos não deseja-los dentro do sistema educacional, não fará menor esforço os diferentes fatores sociais , econômicos e educacionais que levaram esse grupo etário a não estarem dentro da série esperada.

## **OS DIFERENTES OLHARES DOS SUJEITOS DA PESQUISA SOBRE SUA CAMINHADA EDUCACIONAL**

A pesquisa foi realizada na região sul de Londrina que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma das regiões de Londrina, com alto índice de pobreza, onde a maioria da população sobrevive com renda de 0 a meio salário mínimo. No ano de 2010 viviam nessa região, 71.152 pessoas, dessas 52,41% se declaravam brancas e 47,30% pardas e pretas; haviam 8.958 adolescentes de 15 a 17 anos, destes, 41% se declararam negros e 41% se encontravam fora do ensino médio (LONDRINA, 2014).

A oferta pelo Estado do Ensino Fundamental II e Médio, na modalidade de ensino EJA não atinge todos os territórios presentes no município de Londrina (PR) e, segundo perfil de Londrina (PR) 2022, das 68 escolas estaduais apenas nove ofertam EJA (anos finais e/ou médio) e são 88 escolas municipais que ofertam os anos iniciais e, destas, apenas 36 possuem a EJA Fundamental Fase I (1º ao 5º ano) (LONDRINA,2022). Os dados apontam para insuficiência da oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas escolas estaduais próximas aos territórios onde vivem os adolescentes encaminhados para essa modalidade de ensino, O Colégio Estadual Professora Rina Maria Francovig, na região sul de Londrina, é o único que oferece essa modalidade de ensino. O

Levantamento realizado junto ao Colégio Estadual Professora Rina Maria Francovig apontou que, no segundo semestre de 2022, que 42% eram do sexo feminino e 58% do sexo masculino, não havendo disponibilidade de dados quanto raça/cor. Durante o segundo semestre de 2022, 30% das matrículas da escola eram de adolescentes de 15 a 17 anos, destes, a maioria era do sexo feminino. A escola apresentou no segundo semestre 31% de desistências (evasão e abandono)<sup>14</sup> e, destes, 11% eram adolescentes<sup>15</sup>. As evasões e abandonos escolares são fenômenos decorrente a fatores geográficos, culturais, sociais, econômicos e familiares, ou seja, são motivos fomentados por fatores externos e internos à escola, como será apresentado a seguir durante a análise das informações coletadas ao longo da pesquisa.

Os relatos dos participantes da pesquisa denunciam clara violação dos direitos da criança e do adolescente por parte dos diferentes atores das unidades escolares, como ações naturalizadas no interior das diferentes instancias gestoras da política educacional e até entre os pais desses adolescentes. Mostra que já estando há trinta anos em vigência o Estatuto da Criança e do Adolescentes não conseguiu romper com os muros da escola e demais órgãos educacionais do Estado do Paraná, sendo relativizado no cotidiano escolar. Os relatos coletados na pesquisa se somam com as situações presenciadas no cotidiano do pesquisador.

Os jovens da escola pesquisada sentem-se discriminados por vários razões: pelo bairro onde moram, pelas condições físicas, pela maneira que se vestem, pelas dificuldades de se encontrar trabalho, entre tantas outras situações. Esta discriminação como forma de dominação é um ato legitimado pela “autoridade institucional”(VIEIRA,2008,p.9988)

A violência da escola para com os educandos, mesmo quando notificada pelos Centros de Referência de Assistência social (CRAS), não recebem a mesma atenção em relação às demais

---

14 O Estado considera evasão escolar quando o educando não se matricula no ano seguinte e o abandono, quando esse deixa de frequentar ao longo do ano letivo. (NASCIMENTO,2022)

15 Dados analisados e tabulados pelo pesquisador tendo como base as informações repassadas em PDF pelo Colégio Professora Rina Maria de Jesus Francovig em junho de 2023.

violências pelos conselhos tutelares, muitas vezes sendo deslocado a responsabilidade para a vítima.

A violência institucional, ocorre ora de forma direta, expulsando ou não garantindo aprendizagem, outrora negando matrícula, violência verbal para com o adolescente ou por omissão, aceitando bullying dentro da escola como um dos fatores que levam os adolescentes para a EJA, conforme ilustram as falas abaixo:

[...] Nem precisou me transferir, já falaram você some daqui, a gente não quer você aqui..(entrevistada 2)

[...] eu era proibida de assistir a aula da ..., nunca eu tinha aula de português, quando era ... [...] fiquei um ano sem aula de português, porque a gente não se dava bem... (entrevistada 2)

[...] daí no sexto começou bullying e tal só dos alunos, mas daí fui levando [...] tal daí continuou até que teve um tempo que tive vontade de parar [...] eu era bastante esquentadinho, já fui expulso duas vezes. (entrevistado 7)

Os relatos denunciam, ainda a existência de escolas hierarquizadas, sem espaço de escuta, de acolhida, de negação garantia de direitos, onde os educandos novamente vivenciam a violência do Estado, um espaço que deveria ser prazeroso, acolhedor, de proteção, dialógico e popular (NIDELCOFF,1991).

A escola é reflexo de uma política educacional histórica nesse país enquanto lugar para diminuir desvios, onde se distinguem os bons e os maus, moralizadora através de um olhar disciplinador, visando à preparação de indivíduos para cumprir determinado papel na sociedade na divisão social do trabalho. A violência escolar é uma forma de violência, gerada pela instituição escolar, realizada por aqueles que detêm o poder e também pelos que estão submetidos a esse poder ((VIANA, 2002 )

Os discursos denunciam clara violação dos direitos da criança e do adolescente, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente, afirma, no seu artigo 70, que é “dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça e violação dos direitos da criança e dos adolescentes”. Há de se ressaltar que

o ECA<sup>16</sup> exige que todos os cidadãos, ao se deparar com alguma violação de direitos das crianças e adolescentes, devem informar o Conselho Tutelar ou Ministério Público, fato que não se constata no dia a dia profissional como assistente social, e a fala dos adolescentes reforçam essa omissão, quando a violência é institucional (BRASIL,1990). Para Brunel (2014, p.119-120), a interrupção dos estudos desses adolescentes, jovens, adultos também está relacionada às “desigualdades sociais ou a problemas econômicos”, conforme mostram os relatos abaixo:

[...] eu parei de estudar eu que tinha 12 ou treze não sei, porque passei a frequentar a casa de uma tia minha e ela morava lá em Cambé, daí eu ficava lá com ela e meu vô também teve AVC duas vezes, daí parei de estudar por conta disso. Daí eu voltei mas voltei à noite. (entrevistada 1)

[..] questão como minha mãe e meu pai trabalhavam bastante eu tive que cuidar do meu irmãozinho, cuidar dele e trabalhar. (entrevistada 4)

[...] na verdade parei com 16 anos, fiquei dois anos sem estudar... [...] foi questão do trabalho... (entrevistada 4)

Os adolescentes que vão para a Educação de Jovens e Adultos, na sua maioria, desde muito cedo conciliam jornadas de trabalho com períodos interrompidos de escolarização, têm classe social definida, que também perpassa pela raça e gênero (RATUSNIAK, 201). Assim, o encaminhamento desses adolescentes na EJA mascara as reais causas sociais que os levaram à defasagem idade -série, camuflando a não aplicabilidade da Doutrina de Proteção integral que se encontra nas diferentes instâncias federativas do Brasil.

Os adolescentes chegam à EJA desmotivados, conservam o medo de fracassar novamente, sentem vergonha de estudar entre os alunos de 11 a 14 anos, no Ensino Fundamental II e outros passam a desacreditar em sua própria capacidade de aprendizagem e se veem mais distante do mercado de

---

16 Segundo o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8060/90), “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 12/10/2023

trabalho formal, que é excludente e seletivo. Buscam a inserção no mercado de trabalho, recuperar o tempo perdido, entendem que na EJA conseguirão o diploma de forma mais rápida. Eles não se identificam nem com público mais velho e muito menos com os que estudam durante o período diurno e vespertino, no ensino regular. Para os entrevistados da pesquisa que realizada, os adolescentes que estudam durante o período matutino e vespertino são muito “crianças”, como demonstram as falas a seguir:

[...] do período normal, do normal é tudo muito criança, muito infantil ... eu não tenho paciência com criança, se estudo no período normal e uma criança da minha idade, vem querer fazer graça, aquelas brincadeiras, eu não tenho paciência, já meto uma cadeira na cabeça [...] aqui é melhor que no período normal. (entrevistada 3)

[...] de noite acho que é até melhor, pelo jeito que os professores explica e como estou fazendo EJA, há eliminação de matéria, então eles explicam bem certinho ali, eles ajudam... acho que tou muito grande para ficar no meio.... eu prefiro EJA de qualquer maneira. (entrevistado 6)

[...] É bem melhor estudar com gente mais velha do que com gente mais nova. Com gente mais velha a gente aprende muita coisa, porque a gente fica junto. [...] à noite é mais gostoso de estudar(entrevista 2)

Os relatos acima também foram constatados Centurion e Gomes (2015), que se sentem muito melhor acolhido e pertencente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que no ensino regular. Para os mesmos, os educadores que atuam na EJA utilizam menos estereótipos e rotulações e desejam passar pela escola o mais rápido, e reproduzem, discurso presente na comunidade escolar e pelos dirigentes educacionais, de que essa modalidade é espaço para suprir o “tempo perdido”. A busca pela certificação rápida, para atender as exigências imposta pelo mercado, estão presentes nos discursos abaixo:

[...] Vim para a noite para recuperar os anos, estudando. (entrevistado 5)

[...] a gente já veio para o EJA para terminar rápido.[...] porque hoje em dia

você não arruma serviço se não tiver estudo completo, até para ser faxineira, está pedindo estudo. (entrevistada 2)

[...] eu estou precisando arrumar um serviço, porque ficar de bico em bico uma hora as vezes não dá certo né ..(entrevistado 6)

[...] não querer trabalhar servente o resto da vida, tal pensei então ter um futuro melhor. (entrevistado 7)

[...] porque para gente da nossa idade, já está na hora de arrumar um serviço e tal e estudar à noite já ajuda bastante. (entrevistada 3)

Esse olhar negativo com a escola, a percepção como um mal necessário, além da questão da violência institucional relatada anteriormente, influencia a ausência de sentido do que é ensinado. Ainda encontramos em muitas unidades escolares, um conjunto de práticas conservadoras, de tradição funcionalistas, não dialética, de caráter ritualizado e homogeneizador, de negação das individualidades. Os adolescentes clamam por uma escola que tenha sentido conforme ilustra as falas abaixo:

[...] deveriam dar coisas diversas [...]só passa a mesma coisa. (entrevistada 2)

[...] não passam matéria para chamar a atenção da pessoa, tinham que passar uma matéria tipo diferente para que puxar a pessoa para estudar, fazê-la querer pegar o gosto pela matéria, sempre é a mesma coisa, enjoa. (entrevistado 5)

[...] uma escola que dá bastante curso, que você saia de lá trabalhando [...] tem escola que é interessante. (entrevistada 1)

O olhar e desejo desses adolescentes, era de encontrar uma escola que atende suas necessidades imediatas de sobrevivência, enquanto trabalhador, reconhece a escola enquanto o lugar onde deve ofertar o conhecimento mais elaborado que atende as exigências do mundo atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado é negligente ao longo de toda a história da política educacional brasileira, se vale de um movimento de exclusão, mascarado de inclusão uma vez que encaminha compulsoriamente os adolescentes de 15 a 17 anos para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sem garantir a permanência, a oferta contínua, o acesso aos conhecimentos para esse grupo etário e outros, tratados como refugos do sistema educacional, onde as leis que deveriam garantir a proteção integral aos mesmos, como Estatuto da Criança e do Adolescente, aparentam não ter mais validade para eles.

Muitos dos adolescentes que vão para EJA deixam novamente de estudar, pelos mesmos motivos que levou a abandonar antes, no ensino regular, ou seja, a necessidade de trabalhar para sobreviver, de cuidar de familiares, saúde, etc.

Uma vez matriculados na EJA, esses adolescentes e terem concluídos o Ensino Fundamental ficam sem estudar, pois não há nenhuma proposta de continuidade por parte do Estado, que venha atender suas singularidade e desejos, uma que não se identificam mais com o ensino regular, devido à idade e o tempo que levarão para concluir o Ensino Médio. Muitos desses adolescentes, ficam fora da escola até completarem 18 anos, para então cursar o ensino médio, dentro da modalidade EJA, e outros abandonam definitivamente a escola. Além disso, a pesquisa também apontou que o estado do Paraná, nos últimos anos, fechou turmas de EJA no formato presencial.

Seus discursos, diferentes trajetórias e vivências escolares, cujas causas do abandono escolar, no ensino regular, perpassam por questões familiares, insuficiência de serviços públicos de apoio às famílias, e também pela necessidade de trabalho e pela violência da e na escola. Os relatos também apontaram para abuso de poder, violência institucional, omissão por parte do Estado diante de outras desproteções, como necessidade de trabalhar ou cuidar dos irmãos, omissão da escola diante de bullying sofrido, como causas do abandono escolar no ensino regular.

Importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também ressalta o direito ao respeito, enfatizando que essas crianças e adolescentes são dotados de direitos como

qualquer outro ser humano e (BRASIL,1990) que não foram garantidos aos sujeitos que participaram da pesquisa e à muitos outros que hoje são publico dessa modalidade da Educação Básica.

A universalização garantida pelos marcos legais como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a doutrina de proteção integral presente no Estatuto da Criança e do Adolescente não está sendo cumprida, ficando esses grupos etários (15 a 17 anos) num limbo, como se seus direitos constitucionais fossem suspensos na prática e uma vez na Educação de Jovens e adultos aumenta a invisibilidade dos mesmos. Diante disso, se faz necessário o olhar crítico de todos os profissionais da educação e das demais políticas sociais, para que não reforcem, essas ações perversas, mascarada de inclusão e executada pelo Estado Neoliberal.

## REFERÊNCIAS

BARRIOS, Juliana Bicalho de Carvalho. O abandono do ensino médio regular pelos estudantes e a juvenilização da EJA: uma teia de relações. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <https://www.ppedu.uel.br/pt/mais/dissertacoes-teses/dissertacoes/category/7-2018?download=29:barrios-juliana.pdf>. Acesso em 27/05/2023

BRASIL. Lei nº 8 069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em 25/01/2023.

BRUNEL, Carmen. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004. p.144.

CALDAS, Ana Carolina. Governo do Paraná fecha escolas de EJA, do Campo e dificulta acesso à educação. Jornal Brasil de Fato, 07 dez. 2023, Curitiba, Pr. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/07/governo-do-pr-fecha-escolas-eja-do-campo-e-dificulta-acesso-a-educacao>. Acesso em 18/01/2023

GOMES, S. da R.; CENTURION, D. O adolescer da EJA: a inserção dos adolescentes que fracassam no ensino regular. Ensino em Re-Vista, [S.I], v.22.n.2, p.363-376, 2026. DOI:10.14393/ER-v22n2a2015-8.

Disponível em: <https://ser.ufu.br/index.php/em>

FARIAS, Adriana Medeiros; CHILANTE, Edinéia Navarro; AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PARANÁ: DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E ESTADUAIS AO ALINHAMENTO À BNCC. e-Mosaicos, [S.l.], v. 10, n. 24, p. 324-338, set. 2021. ISSN 2316-9303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/58204>. doi:<https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2021.58204>. Acesso em: 18/12/2022.

LEITE, Sandra Fernandes. O direito para Educação Básica para Jovens e Adultos da Modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://library.org/document/yrk5xj7z-direito-educacao-basica-adultos-modalidade-brasil-resgate-historico.html>. Acesso em 13/12/2022

LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretária Municipal de Assistência Social: Caracterização da Juventude Londrinense. Londrina, maio/2014. Disponível em: <http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/diretoria-de-gestao-do-sistema-municipal-de-assistencia-social/gerencia-de-gestao-de-informacao/publicacoes-1/22009-caracterizacao-juventude/file> Acesso em: 27/08/2023.

LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretaria Municipal de Londrina: Diagnóstico Socioterritorial 2022. Londrina, 2022. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/menu-oculto-assistencia/organograma-assistencia> Acesso: 27/08/2023

MARTINS, E. M. Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais pro educação. 2019. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2019/11/tese-erikamm-final.pdf>. Acesso em: 27/01/2023

MILANEZI, Fabricia Maria. Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes e as políticas públicas no Brasil: de Fernando Henrique a Lula. 2015. 527f. Tese (doutorado) - Universidade de Salamanca, Campus de Excelência Internacional, Programa de Doutorado Passado e Presente dos Direitos Humanos, Salamanca, Espanha, 2015. Disponível em: <https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/128228/>. Acesso em : 22/04/2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Disponível em: [https://www.mobiliza\\_dores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf](https://www.mobiliza_dores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf). Acesso em: 7/12/2022.

NIDELCOFF, Maria Teresa. Uma escola para o povo. São Paulo: Editora Brasiliense,1991.

VIANA, Nildo. Violência e Escola. in: VIEIRA, Renato e VIANA, Nildo. Educação Cultura e Sociedade: Abordagens Críticas da Escola. Goiânia: Edições Germinal, 2002. Disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Viana,%20Nildo/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Cultura%20e%20Sociedade%20-%20abordagens%20criticas%20da%20escola.pdf>. Acesso em 18/01/2024

PAULA, Rafael Freire de. Processos de formação e reprodução de territórios conservadores de poder no tempo e no espaço: o caso do Paraná. Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77581>. Acesso em: 21/02/23

RATUSNIAK,, Célia. Processos por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar : gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias.. 271 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação,2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/64371> Acesso em:18/01/2023

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961. Rev. Diálogo Edu. Curitiba, n.73, abr./jun., 2022. (p. 624-648). Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/28946>. Acesso em: 22/12/2022

SANCEVERINO, A. R.; LÓDI, E. D.; LAFFIN, M. H. L. F. As pesquisas em educação de pessoas jovens e adultas: o fenômeno juvenalização. Práxis Educacional, [S. l.], v. 16, n. 42, p. 21-47, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i42.7334. Disponível em:

SINPRO. Governo reduz investimento na EJA e deixa a modalidade com os dias contados. Reportagem da Jornalista Maria Carla, 15 jan.2020. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/governo-reduz->

investimento-na-eja-e-deixa-modalidade-com-os-dias-contados/. Acesso em: 07/01/2022

ROMUALDO DA SILVA, J. Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná. Retratos da Escola, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 83–101, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1662. Disponível em: <https://retratosda-escola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1662>. Acesso em: 18/01/2024.

SOUZA, C. W.de; DANIEL, L. S. A Campanha de educação de adolescentes e adultos na década de 50: análise de artigos em jornal diário. In: XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE) e VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/Cátedra UNESCO), 2017, Curitiba. XIII Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. Curitiba: PUCPR, 2017.

UNICEF - Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - Um alerta sobre os impactos da pandemia da covid-19 na Educação. Nova Iorque, EUA, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em 25 out. 2022

VIEIRA, Jeferson Christiano. OS caminhos da violência institucional no cotidiano escolar. Pontifícia Universidade Católica do Paraná,Paraná. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/cbd2fe40-3734-42c2-a83f-89af18f8c829/> . Acesso em: 02/02/2028